

O sócio da Corretora Roma João de Sá Neto, em depoimento ontem à CPI do Seguro, na Assembleia, confirmou que a empresa recebia 30% do valor do contrato com a AGF. No troca-troca de partidos, o deputado Euclério Sampaio se filiou ao PHS e Reginaldo Almeida deixou o PP.

ANDRÉIA LOPES

PRAÇA OITO

Lelo e o PMDB

O próximo a dar largada na disputa pela Prefeitura de Vitória pode ser o vice-governador, Lelo Coimbra (PSB), que estuda proposta de filiação ao PMDB. O presidente da Câmara de Vitória, Ademar Rocha (PMDB), fez o convite a Lelo há 45 dias, mas, na terça-feira passada - um dia depois de o deputado César Colnago ter trocado o PPS pelo PSDB -, os dois estiveram juntos no Palácio Anchieta e voltaram a falar sobre o assunto. Lelo ficou de dar uma resposta.

O PMDB de Vitória já tem uma espécie de compromisso firmado com o PTB e o PMN, que garante ao grupo oito minutos de televisão na propaganda eleitoral gratuita. Se Lelo migrar para o partido, receberá a garantia de que, se quiser, será o candidato do PMDB na Capital. No último final de semana, Ademar conversou, inclusive, com o deputado federal Marcus Vicente (PTB), outro pré-candidato, e este não manifestou restrições a essa movimentação. Ou seja, o terreno está sendo preparado.

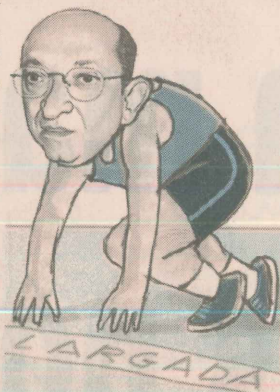
Tudo isso porque a mudança partidária de Colnago, arquitetada pelo prefeito Luiz Paulo Vellozo Lucas

estratégico, é levar Lelo para o PMDB.

E se Hartung distribuir seus aliados nos maiores partidos, terá, de certa forma, controle sobre cada um deles, o que dificulta a possibilidade de eleger para a Prefeitura de Vitória um candidato de um grupo político diferente do seu. Afinal, assim como Colnago é de total confiança de Hartung, o PPS também traz fiéis aliados e o PMDB teria Lelo como principal representante do Palácio Anchieta.

A questão é que o grupo de Ademar não é um aliado de primeira hora de Hartung e, no início do segundo mandato de Luiz Paulo, trouxe dor de cabeça ao prefeito. Agora a relação entre eles está mais calma, mas trata-se de uma aliança de risco.

Mas o fato é que Lelo se articula para ter espaço e tentar emplacar seu nome na disputa. Fazendo essa movimentação, ele ganha certa musculatura política. O PMDB já fala, por exemplo, em preparar uma grande festa para a recepção do vice-governador. "Ele será a bola da vez do nosso grupo, o *pole position*", brinca Ademar.



Corretora recebia 30% de seguro de deputados

Contrato da Assembleia com a Roma rendia R\$ 59 mil mensais à empresa

RADANEZI AMORIM

O corretor João de Sá Neto, sócio da Corretora Roma, confirmou aos membros da CPI do Seguro que a empresa recebia 30% por mês, ou R\$ 59 mil, sobre o valor de R\$ 197 mil pago mensalmente pela Assembleia Legislativa à empresa AGF Seguros S. A., para fazer uma apólice de seguros que beneficiava 110 pessoas, entre deputados e ex-parlamentares. O valor da apólice para cada segurado era de R\$ 1,7 mil. Segundo Neto, os R\$ 59 mil eram distribuídos entre os sócios-proprietários da corretora.

Em depoimento à CPI na semana passada, Francisco de Carlos Perrou, outro sócio-proprietário da Roma, já havia declarado que a empresa recebia o percentual de 30%. A presidente da Comissão, deputada Janete de Sá (PSB), avaliou que os depoimentos de Perrou e Neto foram parecidos. "Os dois estão bem afinados e falaram praticamente a mesma coisa", observou.

Ao depor ontem, João de Sá Neto disse que a apólice começou em novembro de 1991, e foi feita com o antigo



Gildo Loyola

Dúvidas

Janete de Sá espera agora depoimentos de ex-presidentes da Assembleia, como Gratz que o contratante havia passado a ser a Assembleia. De

brar, durante o depoimento, que João Marinho havia ne-

que a Assembleia quitava integralmente o valor mensal com cheques, que eram depositados diretamente no caixa de um banco, em nome da AGF Seguradora. Ele também garantiu que todos os seguros foram pagos a parentes de pessoas falecidas, entre elas, incluindo a família do ex-deputado Otaviano de Carvalho. Ele disse desconhecer, no entanto, em qual banco foram pagas as apólices

Documentos

João de Sá Neto também entregou à CPI uma cópia da proposta mestra que deu origem ao contrato assinado com o IPDE em novembro de 1990, nome de Francisco Carlos Perrou, que não compareceu à Assembleia ontem.

Após os depoimentos, os membros da CPI decidiram pedir auxílio a técnicos da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) para a análise dos documentos. Os deputados pediram também a listagem de todos os segurados desde junho de 1999 até hoje. Outro requerimento foi o de cópias e microfilme das apólices já pagas.

A CPI vai apurar se o ex-deputado Otaviano de Carvalho, morto em acidente de carro em 1999, tinha direito ao seguro e se sua família o recebeu. O próximo a depor na comissão será José Rômulo da Silva, ex-proprietário da Corretora Roma e atual presidente do Sindicato dos Corretores do Estado. A comissão ouvirá ainda

Ou seja, o terreno está sendo preparado.

Tudo isso porque a mudança partidária de Colnago, arquitetada pelo prefeito Luiz Paulo Vellozo Lucas (PSDB), deixou o deputado bem posicionado na largada do processo eleitoral. Os outros aliados históricos, entretanto, viraram, de certa forma, coadjuvantes, mas disputam o papel principal.

No meio político, o que tem sido dito é que Lelo e o próprio governador Paulo Hartung (PSB) também querem marcar seu espaço. E a maneira de igualar a todos, pelo menos do ponto de vista

por exemplo, em preparar uma grande festa para a recepção do vice-governador. "Ele será a bola da vez do nosso grupo, o *pole position*", brinca Ademar.

Como Lelo ainda não deu a resposta, tudo está na base da especulação. Nos últimos dias, inclusive, o vice-governador esteve com o presidente regional do PSB, Renato Casagrande, e nada falou sobre a possível desfiliação. Mas o convite existe. E, no meio político, há quem acredite que a resposta final de Lelo ao PMDB será dada no final deste mês.

TROCA-TROCA - Adão Célia, que é pré-candidato a prefeito da Serra, se filiou ao PSB.

ARTICULAÇÃO - Para tratar da sucessão em Vitória, o PSB de Renato Casagrande se reúne hoje, às 9 horas, com a direção regional do PPS.

PROMETE - O procurador da República Henrique Herkenhoff concluiu as investigações que fez sobre a compra e venda de precatórios no Estado e as encaminhou para a Receita Federal.

EM FAMÍLIA - A deputada Mariazinha Vellozo Lucas assume amanhã, na Câmara de Vereadores, a presidência do PSDB de Vila Velha.

QUE COISA - Uma situação constrangedora aconteceu na Polícia Federal: um policial teve que retirar o carro do estacionamento para ceder a vaga para uma delegada, que chegou após o início do expediente. O sindicato da categoria divulgou até uma nota repudiando o ato, considerado "arbitrário".

FOLCLORE - Como o sócio-proprietário da Corretora Roma, Luiz Carlos Mateus, se recusava a responder todos os questionamentos feitos pelos integrantes da CPI do Seguro, Gilson Gomes (PFL), em tom de deboche, disparou: "Eu quero saber qual é o nível de escolaridade que o senhor tem para saber se está compreendendo as perguntas que estamos lhe fazendo...".

Fax para a coluna: 3321-8633 - e-mail: alopes@redgazeta.com.br

Lula inaugura site presidencial dia 10

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva inaugura no dia 10 uma página de notícias da Presidência da República e a redação do Palácio do Planalto, que funcionará na sala batizada de Castello Branco, em homenagem a um dos mais respeitados jornalistas políticos do país, que morreu em 1993.

Cerca de dez jornalistas que trabalhavam no Planalto exercerão atividades na página de

notícias da Presidência da República na Internet, que informará a agenda de Lula, previsões de viagens, discursos, informações básicas do portavozeiro, André Singer, e dados resumidos sobre as audiências concedidas pelo presidente.

O site tornará disponíveis também fotos que, atualmente, são liberadas pela Radiobrás. O endereço da nova página será www.info.planalto.gov.br

ciados. "Os dois estão bem animados e falaram praticamente a mesma coisa", observou.

Ao depor ontem, João de Sá Neto disse que a apólice começou em novembro de 1991, e foi feita com o antigo Instituto de Previdência dos Deputados Estaduais (IPDE). Após a extinção do IPDE, a empresa foi comunicada de

Depoimento dura apenas 15 minutos

Mesmo tendo sido dono de cerca de 98% da Corretora Roma, o empresário Luiz Carlos Mateus, o segundo a depor ontem na CPI do Seguro, negou ter qualquer informação sobre como era a divisão do percentual de 30% dos R\$ 197 mil que eram pagos pela Assembléia Legislativa à empresa AGF Seguros S. A.

O depoimento surpreendeu os parlamentares, que acabaram dispensando o em-

presário menos de 15 minutos depois do início do interrogatório, já que ele não soube responder à maior parte das perguntas. O atual presidente do Sindicato dos Corretores do Estado, José Rômulo da Silva, e Luiz Carlos Mateus foram os primeiros donos da Corretora Roma, quando a empresa foi constituída em 1986. De acordo com o corretor João de Sá Neto, que depôs antes, ele e Francisco de Carlos Perrou

que o contratante havia passado a ser a Assembléia. De acordo com Neto, o ofício foi assinado pelo ex-diretor-geral da Casa João Marinho.

A deputada chegou a lem-

brar, durante o depoimento, que João Marinho havia negado ter informações sobre o seguro aos deputados, ao ser ouvido pela CPI.

José de Sá Neto disse ainda

também foram sócios da empresa e dividiam os lucros.

O fato gerou suspeitas entre os membros da CPI. "Na verdade era uma sociedade de quatro, e dois davam legalidade ao negócio. Mas essa divisão de corretagem era feita entre três. Certamente um deles recebia alguma parcela fixa que os depoentes não souberam precisar", assinalou a presidente da CPI, Janete de Sá.

Perrou e Mateus são cita-

dos em um inquérito que tramita no Superior Tribunal de Justiça (STJ). Eles seriam proprietários do Frigorífico Beija-Flor, localizado em Viana, e teriam participado de um esquema de desvio de verbas da Assembléia para lavagem de dinheiro. O processo envolve o ex-presidente da Assembléia José Carlos Gratz; o presidente do Tribunal de Contas do Estado, Valci Ferreira; e o conselheiro Marcos Madureira.

Sueli aciona Mesa contra suspeição

Três dias depois de ter sido considerada impedida de votar na ação por quebra de decoro contra sete parlamentares da Assembléia, a deputada Sueli Vidigal (PDT) afirmou ontem que pedirá à Mesa Diretora que recorra da decisão na Justiça comum.

"Hoje (ontem) falei com a minha assessoria jurídica, que informou que eu não poderia recorrer. Mas disseram que a Mesa Diretora teria competência para isso. Quero o meu direito de votar. Fui cassada em minha prerrogativa", enfatizou Vidigal.

Corregedora da Casa, Vidigal irá encaminhar o processo ao presidente do Legislativo, deputado Cláudio Vereza (PT), para que ele emita um parecer de posicionamento da Assembléia Legislativa, autorizando ou não a tramitação no Judiciário da suspeição de da deputada.

Por sua vez, o presidente da Assembléia, Cláudio Vereza (PT), afirmou "não ter recebido nenhum pedido ofi-

cial da deputada, até o final da sessão de ontem".

Durante a sessão do dia 29 de agosto, Vidigal foi impedida de votar no processo - que acabou arquivado - onde é solicitada a cassação dos deputados Sérgio Borges (PMDB), Marcos Gazzani (PGT), José Tasso (PTC), Gilson Amaro (PRTB), Gilson Gomes (PFL), Luiz Carlos Moreira (PMDB) e Fátima Couzi (sem partido).

Eles são acusados de improbidade administrativa, no processo que envolve ainda o ex-presidente da Assembléia José Carlos Gratz, o empresário Carlos Guilherme Lima - preso na carceragem da Polícia Federal desde dezembro de 2002. Todos teriam participado de um esquema de recebimento de propina para reeleger Gratz presidente do Legislativo em 2000. A ação poderia resultar na cassação dos parlamentares.

O pedido de impedimento de Vidigal foi feito por Gomes, um dos investigados.

Gildo Loyola

Dúvidas

Janete de Sá espera agora depoimentos de ex-presidentes da Assembléia, como Gratz

Sindicato das Agências de Propaganda do Espírito Santo

SAPES

ELEIÇÕES SINDICAIS AVISO

* Em cumprimento ao que dispõe o Artigo 12 - Parágrafo 1º da Portaria nº 3150/86, comunicamos que 2 (duas) chapas apresentaram-se como concorrentes à Eleição do SAPES, a que se refere o aviso publicado nos Jornais "A Gazeta" e "A Tribuna" - Edições de 08 e 09 de agosto de 2003.

CHAPA 1 - REELEIÇÃO DIRETORIA

Presidente: Fernando Manhães / Prisma
Secretário: Francisco Bueno / Multi
Tesoureiro: Nelson Massaru / Tema

Suplentes

Rodrigo Pimenta / R/Com
Wilson Souza / Mural

CONSELHO FISCAL MEMBROS EFETIVOS

Jean Pierre Debbané / MP
César Herkenhoff / Secom
Victor Mazzei / P2

Suplentes

João Luiz / Conceito
Nando Bussotti / Personale

COMISSÃO DE ÉTICA MEMBROS EFETIVOS

Rodrigo Pimenta / R/Com
Fernando Manhães / Prisma
Victor Mazzei / P2

Suplentes

Nando Bussotti / Personale
Jean Pierre Debbané / MP

DELEGADOS REPRESENTANTES JUNTO À FENAPRO

Fernando Manhães / Prisma
Francisco Bueno / Multi

CHAPA 2 - PROVAÇÃO DIRETORIA

Presidente: José Adilson Lourenço / Artcom
Secretário: Antônio Barros / Vitória
Tesoureiro: Márcio Gomes da Silva / Tekage

Suplentes

Silvêy Guitolini / A4
Mário Guerra / Set

CONSELHO FISCAL MEMBROS EFETIVOS

Abílio Mattos / Criativa
Jésus Miguez - JM
Francisco J. S. Neto (Kiko) / F2DM

Suplentes

Marcos de Azevedo Jacob / Marcos de A. J.
Cristina Passabom / Briefing

COMISSÃO DE ÉTICA MEMBROS EFETIVOS

José Adilson Lourenço / Artcom
Antônio Barros / Vitória
Mário Guerra / Set

Suplentes

Márcio Gomes da Silva / Tekage
Francisco J. S. Neto (Kiko) / F2DM

DELEGADOS REPRESENTANTES JUNTO À FENAPRO

José Adilson Lourenço / Artcom
Antônio Barros / Vitória

* Nos termos do prescrito na legislação supra indicada, o prazo para impugnação de candidaturas é de 5 (cinco) dias, a contar da publicação deste aviso.

Vitória-ES, 29 de agosto de 2003

Fernando Manhães
Presidente